

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, MINAS GERAIS.

A/C Senhor Presidente da D. Comissão Permanente de Licitações

Assuntos: **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2022.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e operação das instalações do sistema de iluminação pública do Município de Conselheiro Lafaiete, englobando perímetro urbano, zona rural e distritos, com fornecimento de matérias, equipamentos e mão de obra, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do Edital.

LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.973.118/0001-04, sediada na Rua Deputado Lourenço de Andrade nº 222, Sala 04, Bairro Centro, CEP-37.900-095, Passos/MG, neste ato representado por seu Diretor Geral o **Sr. MARCELO DE PÁDUA QUEIROZ**, brasileiro, engenheiro eletricitista, divorciado, portador da carteira de identidade nº M-7. 478.756 SSP/MG, CPF nº 031.030.786-41, residente e domiciliado na Rua Juca Stockler nº 622, apartamento 102 Bairro Belo Horizonte, CEP-37.900-106, Passos/Minas Gerais, com endereço eletrônico marceloeng2000@yahoo.com.br, vem mui respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, tempestivamente apresentar **CONTRARRAZÕES** aos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas **QUARK ENGENHARIA LTDA e BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 027/2022**, pelas razões fáticas, técnicas e jurídicas a seguir delineadas:

NOTA INTRODUTÓRIA

A priori cumpre salientar que, em se tratando de licitação na modalidade Pregão Eletrônico houve por bem a Recorrida cotar, efetivamente, o preço mais vantajoso possível que a permita executar o contrato licitado com eficiência, segurança e exequibilidade. No mais, a Recorrida tem pautado sua conduta pela austeridade e parcimônia que devem nortear as relações entre governos e particulares nas suas transações comerciais. Foi o que sucedeu na situação presente.

Ao elaborar sua Proposta Comercial bem como seus documentos de Habilitação, a Recorrida o fez no mais estrito cumprimento aos princípios gerais do Direito, em obediência ao edital modalidade Pregão Eletrônico, e atendendo os preceitos que regem as licitações públicas, mormente no que tange a modalidade Pregão Eletrônico, além de garantir a observância dos princípios da igualdade, da moralidade, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da busca da proposta mais vantajosa para a administração, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/93, que reza:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Concluindo, razão não ampara as Recorrentes, **QUARK ENGENHARIA LTDA e BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** vez que a Recorrida satisfaz todas as exigências trazidas pelo Edital, tanto que fora declarada vencedora acertadamente por esta Douta Comissão.

DOS FATOS E DOS DIREITOS

A Recorrida é pessoa jurídica de direito privado, cujo objeto social preponderante é a Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica (4221-9-02); Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica (42.21-9-03); Serviços de engenharia (71.12-0-00) e Construção de edifícios (41.20-4-00) entre outras. Ademais, a Recorrida possui grande credibilidade na prestação de seus serviços, bem assim é detentora de diversos contratos com órgãos da administração Pública e Privada, os quais derivam da participação habitual em procedimento licitatório, com mais de 10(dez) anos de atuação no mercado elétrico.

Em suma tem-se que a empresa Recorrida foi considerada VENCEDORA do PREGÃO ELETRÔNICO nº 056/2022, conforme atesta a ATA DA SESSÃO, indignada com a correta, objetiva e justa decisão que reconheceu que toda documentação de Habilitação bem como a Proposta Comercial atenderam ao exigido em edital, as Recorrentes **QUARK ENGENHARIA LTDA e BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** manifestaram na plataforma <https://www.bbmnetlicitacoes.com.br/> suas intenções de recurso, nos termos seguintes, *ipsis litteris*:

- **QUARK ENGENHARIA EIRELI / Licitante 3 (16/11/2022 14h58min:06seg.)**: informa que vai interpor recurso, A empresa QUARK

ENGENHARIA LTDA, tem interesse em interpor recurso em face da vencedora, pois ainda em análise aos documentos verificamos irregularidades.

- **BARRA RIO INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA / Licitante 5 (16/11/2022 14h59min:21seg.):** Diante da documentação de Habilitação da Empresa LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA-ME, a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, foi observado que no corpo da certidão apresenta o “STATUS: PARALISADA TEMPORARIAMENTE” para o enquadramento de MICRO EMPRESA-ME, assim está em discordância com o Item 5.3.1 e com a Declaração do ANEXO IV do Edital. Registra-se no mínimo um posicionamento quanto à regularidade deste quesito.

Digno de menção é que após a análise da documentação da Recorrida, constatou-se patente exequibilidade e regularidade da proposta e documentos que a sustentam, assim, posto que a Administração Pública é regida entre outros princípios, pelo princípio da legalidade, segundo o qual a administração só pode seguir o que a lei determina, e tendo a Recorrida atendido aos preceitos legais e do Edital em questão, a habilitação da mesma é matéria inconcussa, até mesmo porque as Recorrentes não comprovaram as irregularidades apontadas no recurso.

D. Comissão de Licitação, a Recorrida não pode aquiescer com os infundados argumentos utilizados pelas empresas Recorrentes, não merecem prosperar os especulativos argumentos carreados, conforme veremos adiante.

As Recorrentes apresentam em suas Razões Recursais fatos que não condiz com a realidade do presente processo licitatório. Em nenhum momento nas suas peças recursais foram apontadas quaisquer mácula na proposta e documentações da Recorrida que ensejam a sua inabilitação ou desclassificação do certame.

A Recorrida pautou nos critérios da proporcionalidade e razoabilidade, apresentando as documentações acostadas aos autos processo licitatórias que comprovam a capacidade em realizar, atender e cumprir todos os termos do edital, considerando as qualificações técnica, fiscal e econômica da empresa, que é amparada por profissionais técnicos capacitados que atendem ao perfil requerido no edital, o que conferem diferencial competitivo sem causar dano à qualidade dos produtos e serviços, os valores cotados atenderam as determinações do certame. Esse ponto é inconcusso.

PRELIMINARMENTE

DA AUSENCIA DE MOTIVAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO “QUARK ENGENHARIA LTDA”.

Versa o item 13, pagina 18 do instrumento convocatório:

13. RECURSOS

13.1. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, no prazo de 30 (trinta) minutos, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.bbmnetlicitacoes.com.br.

13.1.1 - As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

13.1.2 - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente.

13.2. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos **exclusivamente** por meio eletrônico, no sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br - opção RECURSO e a apresentação de documentos relativos aos recursos, se houver, caso o sistema eletrônico não suporte recebe-los, deverão ser enviados por meio de protocolo postal ou entregues presencialmente no endereço Av. Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro, CEP 36.400-026.

13.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer ou a falta de interposição do recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

É sabido, que nas licitações na modalidade Pregão, toda e qualquer intenção de recurso deve ser motivada e indicada na sessão de licitação sob pena de preclusão do direito ao recurso, conforme expressa do Anexo I, do Decreto 3.555/00:

Art. 11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XVII - a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntarem memoriais no prazo de três dias úteis;

Nesse mesmo sentido, é a redação da Lei 10.520/2002.

Art. 4o Os integrantes das Carreiras a que se refere o art. 1o da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:

(...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar **imediata e motivadamente a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Tal previsão não se aplica somente ao recurso em seu todo, mas, cada um dos motivos específicos. Pretendendo recorrer sobre quaisquer documentos ou itens, deve constar sua intenção de recurso individualizada, sob pena de preclusão, o que não ocorreu no presente caso, uma vez que na manifestação de interposição de recurso que ocorreu no dia 16/11/2022 as 14h58min06seg a empresa Recorrente QUARK ENGENHARIA LTDA se ateve apenas a seguinte manifestação “tem interesse em interpor recurso em face da vencedora, pois ainda em análise aos documentos verificamos irregularidades”.

Nobres julgadores conforme se evidencia na presente transcrição *ipsis litteris* da plataforma, a Recorrente não manifestou/ fundamentou/motivou sua intenção de recurso, conforme determina nosso ordenamento jurídico e o instrumento convocatório, estando assim precluso o seu direito de recurso sob a matéria não motivada, matéria inconcussa.

Ademais, o prazo de 3 (três) dias é aberto somente para memoriais, ou seja, motivação as razões de intenção Recursais, não sendo permitido trazer novos argumentos e motivos recursais não registrados em ata, sob pena de quebra ao contraditório e a ampla defesa.

Assim considerando que o registro da intenção de recurso não abrigou o direito pretendido em peça recursal apresentada, tais argumentos sequer devem ser considerados, em atenção o princípio da legalidade.

Sendo assim pugna pela total improcedência do recurso tendo em vista a sua preclusão.

QUARK ENGENHARIA LTDA

Discorre em síntese a Recorrente QUARK ENGENHARIA LTDA, em sua peça recursal mesmo sem a devida motivação na plataforma conforme estabelece instrumento convocatório vide item 13, pagina 18, bem como nosso ordenamento jurídico, que a Recorrida foi beneficiada pela lei 123/2006 porem não cumpriu um dos requisitos de habilitação, item 5.3.1 certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, consta na citada certidão no campo status paralisada temporariamente. Já referente ao Balanço Patrimonial denominado ECD, argui que a numeração correta de ordem seria 26 e não a numeração que consta na ECD e no final alega que a ECD não foi assinada pela Representante legal.

Primeiramente gostaríamos de expor que a Recorrida com base dos documentos apresentados (Certidão Simplificada, Declaração do Anexo IV e SPED ECD/Balanço) faz jus as benesses da Lei 123/2006, no entanto foi ofertante do melhor lance sem a utilização dos benefícios inerentes ao seu porte.

O motivo de constar na certidão simplificada apresentada pela Recorrida no campo status o termo paralisada temporariamente, se da pelo fato da Recorrida ter paralisado suas atividades por um período, retornando regularmente no ano de 2020, tanto que sua situação se encontra ativa , na JUCEMG, Receita Federal e Receita Estadual, ademais o fato de constar na Certidão Simplificada no campo status referido termo em nada interfere na comprovação de ser a Recorrida ME ou EPP, pois citada certidão ou a declaração do anexo IV tem apenas esta função e ambas foram apresentadas.

Estando assim evidenciado que a Recorrida comprovou através da Certidão Simplificada bem como através da declaração do anexo IV fazer jus às benesses da Lei 123/2006, e que o termo paralisada temporariamente discurrido no campo status da Certidão Simplificada em nada infere na comprovação do porte da empresa, pois entendemos que a exigência da citada certidão e tão somente para comprovação do porte da empresa junto a JUCEMG, o qual ficou inquestionavelmente comprovado, superada esta as alegações neste sentido.

Já referente à numeração constante no Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, apresentada pela Recorrida, conforme já informamos a mesma ficou paralisada por um período e retornou as suas atividades regularmente no ano de 2020, sendo de fato a segunda Escrituração Contábil Digital-ECD entregue pela Recorrida a Receita Federal.

No que tange as alegações acerca da assinatura constante no Recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital-ECD, não procede, conforme se vislumbra o citado documento foi assinado digitalmente pela Contadora Responsável Sra. Mayra de Siqueira Cardoso e pelo e-CNPJ da Recorrida.

MINISTÉRIO DA FAZENDA	
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped	Versão: 9.0.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO		
NIRE 31204831526	CNPJ 00.973.118/0001-04	
NOME EMPRESARIAL LUZ FORTE CONSTRUÇOES ELETRICAS LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO	
FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário Completo	NÚMERO DO LIVRO 2
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 68.24.CA.E5.C1.0A.52.82.42.FC.51.28.D5.BC.97.82.BC.46.E1.50	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	00973118000104	LUZ FORTE CONSTRUÇOES ELETRICAS LTDA: 00973118000104	8959947781581596879	17/09/2021 a 17/09/2024	Sim
Contador	07264098630	MAYRA DE SIQUEIRA CARDOSO:07264098630	4947812397786339149	03/08/2021 a 03/08/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

68.24.CA.E5.C1.0A.52.82.42.FC.51.28.D5.BC.97.82.BC.46.E1.50-7

Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO

em 12/06/2022 às 15:38:48

65.35.FC.21.57.19.BD.D6
A6.03.36.90.52.A3.03.6B

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.


BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

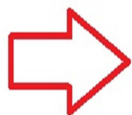
Vale ressaltar que o ato declaratório Cofis nº 104/2021 autoriza que o SPED-ECD seja assinado digitalmente através do e-CNPJ da empresa e pelo certificado e-CPF do Contador responsável, vejamos:

Anexo ao Ato Declaratório Executivo Cofis nº 104/2021

Manual de Orientação do Leiaute 9 da ECD
Atualização: Dezembro de 2021

Regras para a assinatura do livro digital:

1. Toda ECD deve ser assinada, independentemente das outras assinaturas, por um contador/contabilista e por um responsável pela assinatura da ECD.
2. O contador/contabilista deve utilizar um e-CPF para a assinatura da ECD. 
3. O responsável pela assinatura da ECD é indicado pelo próprio declarante, utilizando campo específico. Só pode haver a indicação de um responsável pela assinatura da ECD.
4. O responsável pela assinatura da ECD pode ser:



4.1. Um e-CNPJ que coincida com o CNPJ do declarante (CNPJ básico, oito primeiras posições). Esta é a situação recomendada. As opções abaixo só devem ser utilizadas se essa situação se mostrar problemática do ponto de vista operacional (por exemplo, o declarante não tem e-CNPJ e não consegue providenciar um em tempo hábil para a entrega da ECD).

Superada e combatida as alegações feitas pela empresa QUARK ENGENHARIA LTDA em sua peça de irresignação, demonstrando de maneira clara que todos os documentos foram apresentados conforme exigido do edital, não existindo duvidar acerca da comprovação de ME ou EPP, bem como comprovado que o Balanço/SPED-ECD foi apresentado na forma da Lei.

BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Não muito diferente das alegações discorridas pela empresa QUARK ENGENHARIA LTDA, a Recorrente BARRA RIO INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, ofertante do pior lance dentre as empresas participantes, em síntese alega em sua peça de irresignação que o Contrato Social apresentado pela Recorrida não detêm assinaturas dos sócios e muito menos do administrador, que consta na certidão simplificada apresentada no campo status paralisada temporariamente, que o capital social e o patrimônio líquido constante no Balanço Patrimonial são inferiores ao valor estimado da contratação para o edital, que o profissional contador não é enquadrado como responsável legal para assinar pela empresa, ao final alega que o Balanço Patrimonial/SPED-ECD foi assinado pela Contabilidade São Judas Tadeu Ltda. e pugna pela desclassificação.

Douta Comissão evidente o desconhecimentos da Recorrente no que tange os documentos assinados digitalmente, a ultima alteração contratual apresentada pela Recorrida foi assinada digitalmente pelos representantes legais bem como pelo seu administrador, vide pagina 9/10 da Alteração Contratual, vejamos.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LUZ FORTE CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA - ME, de NIRE 3120483152-6 e protocolado sob o número 21/631.750-9 em 20/08/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8739630, em 23/08/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
444.433.316-20	ROSANA MARIA DE SIQUEIRA CARDOSO
031.030.786-41	MARCELO DE PADUA QUEIROZ
987.128.458-68	AUDAIR PLINIO CARDOSO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
444.433.316-20	ROSANA MARIA DE SIQUEIRA CARDOSO
031.030.786-41	MARCELO DE PADUA QUEIROZ
987.128.458-68	AUDAIR PLINIO CARDOSO

Belo Horizonte, segunda-feira, 23 de agosto de 2021



Documento assinado eletronicamente por Laura Aparecida Vieira, Servidor(a) Público(a), em 23/08/2021, às 08:33 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf) informando o número do protocolo 21/631.750-9.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8739630 em 23/08/2021 da Empresa LUZ FORTE CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA - ME, Nire 31204831526 e protocolo 216317509 - 20/08/2021. Autenticação: 34EDF8456B94B70184597268BBB8B92ECBDA62. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/631.750-9 e o código de segurança Qk89 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/08/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/10

Referente às alegações acerca da Certidão Simplificada apresentada para comprovação do porte da empresa, reiteramos nossas alegações discurridas em face do Recurso Administrativo interposto pela Recorrente QUARK ENGENHARIA LTDA, no sentindo que o termo empregado no campo status Paralisada Temporariamente se deu pelo fato da Recorrida ter paralisado suas atividades por um período, retornando no ano de 2020, no entanto o termo em questão não infere na comprovação do porte da empresa, como se evidencia na Certidão Simplificada apresentada o porte da empresa é ME, comprovando assim fazer jus as benesses da Lei 123/2006, vale ressaltar que a Recorrida

além da Certidão Simplificada apresentou para comprovação de ME ou EPP declaração exigida no anexo IV.



Luz Forte Construções Elétricas Ltda
Tel.: (35) 3521-6565 – e-mail: luzforteconstrucoes@yahoo.com
CNPJ: 00.973.118/0001-04

À
Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete
Av. Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro,
Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026

PREGÃO ELETRÔNICO 027-2022 - PROCESSO LICITATÓRIO – 068-2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e operação das instalações do sistema de iluminação pública do Município de Conselheiro Lafaiete, englobando perímetro urbano, zona rural e distritos, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do Edital.

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa **Luz Forte Construções Elétricas Ltda**, CNPJ n.º **00.973.118/0001-04**, sediada na rua Deputado Lourenço de Andrade, n.º 222 – Sala 04 – Centro – CEP: 37.900-095 – Passos / MG, por intermédio de seu Representante Legal o Sr. Marcelo de Pádua Queiroz, inscrito no CPF nº 031.030.786-41 e no Registro Geral sob o nº M-7.478.756 SSP/MG, Divorciado, residente e domiciliado à Avenida Juca Stockler, 622, apto 102, bairro Novo Horizonte, Passos/MG, através de seu representante legal infra-assinado **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei. Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

Passos/MG, 11 de Novembro de 2022.

MARCELO DE PADUA
QUEIROZ:03103078641

Assinado de forma digital por MARCELO DE PADUA QUEIROZ:03103078641
Dados: 2022.11.11 16:27:59 -03'00'

Luz Forte Construções Elétricas Ltda - ME
Marcelo de Pádua Queiroz – Representante Legal
Diretor Geral

CPF: 031.030.786-41 – RG: M-7.478.756

MAYRA DE SIQUEIRA
CARDOSO:07264098630

Assinado de forma digital por MAYRA DE SIQUEIRA CARDOSO:07264098630
Dados: 2022.11.11 16:26:31 -03'00'

Mayra de Siqueira Cardoso – CONTADOR – CRC/MG 111659/O2
CPF: 072.640.986-30 – RG: MG-11.599.426

Rua Deputado Lourenço de Andrade, 222, Sala 04 – Centro
CEP: 37.900-095 – Passos/MG

No que tange as alegações que o capital social bem como o patrimônio líquido da empresa apresentado no Balanço/SPED-ECD ser inferior ao valor 10% do valor estimado vide artigo 31 da Lei 8666/93, não merece prosperar, uma vez que o instrumento convocatório em seu bojo não estabeleceu as exigências mínimas de capital social ou patrimônio líquido mínimo, tanto que não foi exigido de nenhuma das empresas licitantes, ademais nosso ordenamento jurídico bem como nossa doutrina e uníssona no sentido que a adoção de um valor estimado do objeto muito acima do seu real valor de

mercado implica em elevar, de forma indevida, as exigências de capital social e patrimônio líquido mínimo. Assim, seria facilitada a possibilidade de, com uma estimativa absurda e irreal, afastar licitantes que não teriam condições de cumprir as exigências habilitatórias.

A utilização do valor estimado do contrato, como base de cálculo para exigência de capacidade econômica, além de não razoável, quando conhecido o real valor do contrato a ser assinado, torna-se uma ferramenta que afasta possíveis interessados no certame, restringindo, indevidamente, o universo de licitantes que poderiam ser habilitadas, afastando assim o objetivo principal de uma licitação, o menor desembolso por parte do município licitante.

Por ultimo alega a Recorrente que o profissional contador não é enquadrado como responsável legal para assinar pela empresa e que o Balanço Patrimonial/SPED-ECD foi assinado pela Contabilidade São Judas Tadeu Ltda., inverdade, conforme já demonstrado o Balanço/SPED-ECD foi assinado pela Contadora Sra. Mayra de Siqueira Cardoso através do seu certificado denominado digital e-CPF, a qual é contadora responsável pela Contabilidade São Judas Tadeu LTDA, e através do certificado e-CNPJ da Recorrida, respeitando os termo estabelecidos pelo Ato Declaratório Executivo Cofins nº 104/2021, na sua pagina 16, vejamos:

Anexo ao Ato Declaratório Executivo Cofis nº 104/2021

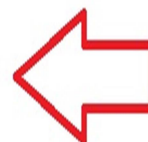
Manual de Orientação do Leiaute 9 da ECD
Atualização: Dezembro de 2021

Regras para a assinatura do livro digital:

1. Toda ECD deve ser assinada, independentemente das outras assinaturas, por um contador/contabilista e por um responsável pela assinatura da ECD.
2. O contador/contabilista deve utilizar um e-CPF para a assinatura da ECD.
3. O responsável pela assinatura da ECD é indicado pelo próprio declarante, utilizando campo específico. Só pode haver a indicação de um responsável pela assinatura da ECD.
4. O responsável pela assinatura da ECD pode ser:



4.1. Um e-CNPJ que coincida com o CNPJ do declarante (CNPJ básico, oito primeiras posições). Esta é a situação recomendada. As opções abaixo só devem ser utilizadas se essa situação se mostrar problemática do ponto de vista operacional (por exemplo, o declarante não tem e-CNPJ e não consegue providenciar um em tempo hábil para a entrega da ECD).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 9.0.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 31204831526	CNPJ 00.973.118/0001-04	
NOME EMPRESARIAL LUZ FORTE CONSTRUÇOES ELETRICAS LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário Completo	NÚMERO DO LIVRO 2
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 68.24.CA.E5.C1.0A.52.82.42.FC.51.28.D5.BC.97.82.BC.46.E1.50	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	00973118000104	LUZ FORTE CONSTRUÇOES ELETRICAS LTDA: 00973118000104	8959947781581596879	17/09/2021 a 17/09/2024	Sim
Contador	07264098630	MAYRA DE SIQUEIRA CARDOSO:07264098630	4947812397786339149	03/08/2021 a 03/08/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

68.24.CA.E5.C1.0A.52.82.42.FC.51.28.
D5.BC.97.82.BC.46.E1.50-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 12/06/2022 às 15:38:48

65.35.FC.21.57.19.BD.D6
A6.03.36.90.52.A3.03.6B

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

Douta Comissão, combatidas as alegações discurridas nos Recursos Administrativos apresentados pelas empresas QUARK ENGENHARIA LTDA e BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, demonstrando claramente que a Recorrida cumpriu integralmente todos os termos editalícios, fazendo jus a sua declaração de vencedora do certamente.

Fato é que as Recorrentes não ofertaram os melhores lances e tenta por via diversa a inabilitação da Recorrida, com alegações infundadas e desprovidas de legalidade, a Recorrida comprovou fazer jus as benesses da lei 123/2006, ofertou o melhor lance e não utilizou o benefício legal da Lei 123/2006 para obter êxito no processo licitatório em

questão, comprovou conforme exigido no instrumento convocatório sua qualificação fiscal, técnica e economia matéria inconcussa.

Pugna pela improcedência total dos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas QUARK ENGENHARIA LTDA e BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA em face da Recorrida LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA.

Ademais, não podemos nos afastar do objetivo central de um processo licitatório, que é o da seleção da **proposta comercial mais vantajosa para a Administração Pública.**

A competição, tão ampla quanto possível, é o valor fundamental a preservar em toda e qualquer licitação pública. Daí porque, segundo a melhor doutrina, **“a Administração está obrigada a ensiná-la, favorecê-la, estimulá-la, jamais podemos opor-lhe limites, barreiras ou dificuldades desarrazoadas. O caráter competitivo é da essência da licitação”** (CARLOS ARI SUNDFELD, “Licitação e Contrato Administrativo”, Ed. Malheiros, 1994, p.16). Grifos nossos.

Destarte, a D. Comissão de Licitação, como se sabe, **têm o dever de buscar o menor desembolso de recursos pela contraprestação dos serviços que lhe são prestados, um entendimento contrário ofenderia aos princípios mais basilares da gestão da coisa pública.**

Não são raros os casos em que, por um julgamento objetivo, porem com apego literal ao texto da lei ou do ato convocatório, se exclui licitantes ou se descartam propostas que, potencialmente, representariam o melhor contrato para a administração publica.

Para se evitar situações como essas no curso dos procedimentos licitatórios deve-se interpretar a Lei e o Edital como veiculando “exigências instrumentais”, expressão muito bem empregada por **Marçal Justen Filho. É o certame não se presta a verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme a lei, mas sim, a bem da verdade, a verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa para a Administração.** Grifo nosso.

O consagrado MARÇAL JUSTEN FILHO esclarece de forma hialina quando às exigências mínimas que podem ser exigidas, que – in literis:

Logo, toda a vez que for questionada acerca da inadequação ou excessividade das exigências, a Administração terá de comprovar que adotou o mínimo possível. **Se não for possível comprovar a dimensão adotada envolvida desse mínimo, a Constituição terá sido infringida. Se a Administração não dispuser de dados técnicos que justifiquem a característica da exigência como indispensável (mínima), seu ato será inválido.** Não caberá invocar a competência discricionária e tentar respaldar o ato sob argumento de liberdade na apuração do mínimo. **É claro que a referencia constitucional se reporta ao mínimo objetivamente comprovável – não aquilo que parece ser o mínimo em avaliação meramente subjetiva de um agente.** Grifos nossos

A nossa Carta Magna é taxativa e veda a pratica de exigências excessivas, **irrelevantes e desnecessários aos pleito,**

O artigo 37, caput, e inciso XXI da nossa Carta Magna põem um ponto final:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, **nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** Grifos nossos.

Ainda, vale frisar os conceitos e princípios desenvolvidos com o objetivo de assegurar a observância da **legalidade da moralidade administração** e, principalmente o respeito aos direitos individuais e coletivos, conferindo ao cidadão instrumentos de controle sobre a atividade administrativa, delimitando o conteúdo da função social.

O princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, presente no momento da elaboração da lei e no da sua execução em concreto pela Administração Pública, inspira o legislador e, principalmente VINCULA a autoridade administrativa, em toda a sua atuação. Ou seja, a Administração tem que estar na estrita conformidade do que dispuser a “intentio legis”.

De igual forma, este princípio está expressamente previsto no art. 2º, caput, da Lei nº 9.784, especificado no parágrafo único, com a exigência de “atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei” (inciso II).

Mais uma vez, cita-se o Ilustre Marçal Justen Filho in Comentários à lei de licitação e Contratos Administrativos nos traz de esclarecer em relação ao artigo 3º da Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações:

“No inciso I, § 1º, art. 3º, arrolam-se os casos em que as condições impostas pelo ato convocatório distorcem o processo licitatório. O ato convocatório, ao estabelecer tais requisitos, já predetermina o(s) provável (eis) vencedor (es). Veda-se cláusulas desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. A invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no artigo 37, inciso XXI, da CF (“... o qual somente permitira as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”). A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcional as necessidades da administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração. O ato convocatório tem de estabelecer as regras para a seleção da proposta vantajosa. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas e condições que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter “competitivo” da licitação. Grifos nossos.

Nesse sentido, é de observar-se decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRAÇÃO-LICITAÇÃO-HABILITAÇÃO-MANDADO DE SEGURANÇA –EDITAL. 1. As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que,

sem causar prejuízo à Administração Pública e aos interesses no certame, possibilitem a participação do maior numero possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas a mais vantajosa. 2. Não há de se prestigiar posição decisória assumida pela comissão de licitação que inabilita concorrente com base em circunstancia impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigências sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal. 3. Se o edital exige que a prova da habilitação jurídica da empresa deve ser feita apenas com apresentação do ato constitutivo e suas alterações, devidamente registradas ou arquivadas na repartição competente, constando dentre seus objetos a exclusão de serviços de Radiodifusão..., é excessiva em sem fundamento legal a inabilitação de concorrente sob a simples afirmação de que cláusulas do contrato social não se harmonizam com o valor total do capital social e com o correspondente balanço de abertura, por tal entendimento se vago e impreciso. 4. Segurança Concedida. (STJ-MS 5606/DF-Rel. Min. José Delgado-DJ de 13.05.1998). Grifos nossos

Decidiu TCU, nos autos do Acórdão nº 366/2007, o Edital não constitui um fim em si mesmo, mas um instrumento que objetiva assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para Administração e a igualdade de participação dos interesses. Isso significa dizer que as normas disciplinadas do edital devem ser sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

O consagrado Prof. Doutor MARÇAL JUSTEN FILHO esclarece de forma hialina quanto às exigências mínimas que podem ser exigidas, que – in literis:

Logo, toda vez que for questionado acerca da inadequação ou excessividade das exigências, Administração terá de comprovar que adotou o mínimo possível. Se não for possível comprovar a dimensão adotada envolvida desse mínimo, a constituição terá sido infringida. Se a Administração não dispuser de dados técnicos que justifiquem a característica da exigência como indispensável (mínima), seu ato será inválido. Não caberá invocar a competência discricionária e tentar respaldar o ato sob argumento de liberdade na apuração do mínimo. É claro que a referência constitucional se reporta ao mínimo objetivamente comprovável – não aquilo que parece ser o mínimo avaliação meramente subjetiva de um agente.(grifos nosso)

Nesse sentido, é de observar-se decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO-LICITAÇÃO-HABILITAÇÃO-MANDADO DE SEGURANÇA-EDITAL. 1. As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre varias propostas a mais vantajosa.

2. Não há de se prestigiar posição decisória assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigências sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeiro e regularidade fiscal.

3. Se o edital exige que a prova da habilitação jurídica da empresa deve ser feita, apenas, com a apresentação do “ato constitutivo” e suas alterações, devidamente registradas ou arquivadas na repartição na repartição competente, constatando dentre seus objetivos a exclusão de serviços de Radiodifusão..., é excessiva e sem fundamento legal a inabilitação de concorrentes sob a simples afirmação de que cláusulas do contrato social não se harmonizam com o valor total do capital social e com o correspondente balanço de abertura, por tal entendimento se vago e impreciso.

4. Segurança Concedida. (STJ-MS 5606/DF- Rel. Min. José Delgado – DJ de 13.05.1998). Grifos nossos.

No mais as alegações carreadas pelas Recorrentes não passa de palavras jogadas ao vento, tendo o intuito de tumultuar o presente processo licitatório e colocar em cheque a credibilidade desta Douta Comissão que ágil dentro da legalidade ao declarar a Recorrida Habilitada.

Com base nos fundamentos aqui carreados, acertada foi à decisão desta Douta Comissão em declarar a Recorrida Habilitada, devendo referida decisão ser Ratificada.

Por fim, fica comprovando, que a Recorrida LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA, cumpriu INTEGRALMENTE todos os requisitos do edital, e faz jus a sua HABILITAÇÃO e declaração de vencedor do certame, como medida de justiça.

DOS REQUERIMENTOS

Ex positis, tendo em vista as alegações fáticas e de direito expedidas nesta impugnação, requer e, assim espera, a improcedência total dos recursos administrativos apresentados pelas empresas QUARK ENGENHARIA LTDA e BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, nos termos expostos. No mais, requer que não sejam conhecidas as pretensões da Recorrente julgando-se improcedentes todos os pedidos feitos pela mesma.

Por fim, requer que seja Ratificada a decisão que declarou vencedora a empresa Recorrida, **por questão de JUSTIÇA e de DIREITO.**

Passos/MG, 24 de Novembro de 2022.

LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA
Marcelo de Pádua Queiroz
Diretor Geral